

NUNO FERREIRA SANTOS

Estudo identifica factores de risco, mas nenhum torna inevitável a evolução para a agressão sexual

A mudança

Registo de agressores sexuais até Dezembro

O Ministério da Justiça, liderado por Paula Teixeira da Cruz, vai avançar, até Dezembro, com a criação de um registo nacional de agressores sexuais. A medida, adianta fonte do gabinete de Paula Teixeira da Cruz, está a ser estudada e será debatida publicamente antes da sua entrada em vigor.

As novas regras vão ser adoptadas no âmbito da transposição de uma directiva comunitária relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, aprovada em Dezembro de 2011. No texto prevê-se a “prevenção dos crimes através de acções centradas em infractores já condenados, a fim de prevenir a reincidência”. O diploma deixa, contudo, a cada um dos países a definição das regras do tal registo. Os dados dos agressores sexuais condenados – identidade, foto, morada, crime e condenação – poderão ser transmitidos às autoridades policiais e por estas a responsáveis de escolas e creches da zona de residência dos agressores. Deverão ser magistrados a decidir quem deve ser informado do currículo do agressor, em função da perigosidade do condenado.

O investigador Ricardo Barroso recorda que nos Estados Unidos os agressores são obrigados a registar-se junto das autoridades locais e a notificar aos vizinhos a sua presença. “Os estudos mais fiáveis dizem-nos que esta medida não funciona do ponto de vista prático”, resume o investigador. “A maior parte dos agressores não cumpre essas obrigações legais”, refere. Mesmos assim, os políticos não mexem na lei. “Acho que temem ser acusados de proteger os agressores”. E na comunidade “há uma falsa percepção de controlo”.

Porto e o familiar para agregados de classe média e média-baixa. “A ligação destes jovens ao seu contexto familiar é marcada, num número significativo de casos, por várias discontinuidades e afastamentos desde os primeiros anos de vida”, nota Ricardo Barroso, no trabalho. Os números são expressivos: 72% foram, nos primeiros anos de vida, afastados por um tempo prolongado do contexto familiar. Foram atirados para casa de familiares ou para instituições de acolhimento, porque os pais se separaram (29%), porque estes emigraram (12%) ou porque os menores foram sujeitos a um internamento hospitalar prolongado (8%).

Evitam a escola, a que não será alheio o facto de a maioria, 51%, apresentar capacidades cognitivas inferiores à média. “Estamos perante uma população com poucas oportunidades de estimulação cognitiva

desde os primeiros anos de desenvolvimento, mais do que qualquer explicação biológica para o efeito”, realça o autor.

Mas se muitos destes aspectos constituem factores de risco a considerar, nenhum deles torna inevitável a agressão sexual. Daí que Ricardo Barroso insista na prevenção. O investigador nota que o processo Casa Pia aumentou a sinalização das agressões sexuais e tornou-a mais rápida, mas há muitas mudanças ainda por fazer. “Era mais importante haver acções formativas em pequenos grupos sobre educação sexual. Os pais deviam tornar o contexto familiar confortável para falar sobre sexualidade de uma forma mais profunda, que não incluía só indicações sobre o uso do preservativo”, realça. E insiste: “É preciso falar sobre a educação para o sentimento, sobre os limites da sexualidade e a fantasia sexual”.

Taxa de reincidência nos abusos de crianças é de 19%

Mariana Oliveira

Quase dois terços (62%) dos jovens que participaram no estudo do investigador Ricardo Barroso já tinham cometido crimes anteriores ao que os levou a integrar a amostra. Perto de metade (46%) tinha registo de roubo e 28% já tinham uma agressão sexual no currículo oficial.

Para analisar eventuais diferenças de perfil, Ricardo Barroso dividiu a amostra em jovens agressores violadores e jovens agressores abusadores de crianças. E detectou diferenças. Encontrou, por exemplo, uma maior probabilidade dos menores que abusaram de crianças terem cometido anteriormente crimes sexuais quando comparados com os jovens violadores. Estes, por sua vez, demonstram uma probabilidade maior de possuir registo criminal na área do roubo antes de terem cometido a agressão sexual. “Foi possível contabilizar uma taxa de reincidência criminal na amostra total de 14,4%, e uma taxa de reincidência de 9,8% para jovens agressores violadores e de 19,2% para jovens abusadores sexuais”, lê-se na tese.

Apesar destes resultados serem mais altos do que outros encontrados em estudos similares, Ricardo Barroso sublinha que a maioria dos jovens agressores sexuais “não volta a cometer o crime, principalmente se

o acto tiver consequências”.

Por isso, o investigador insiste na importância do tratamento dos jovens agressores. “O ideal é trabalhar estas faixas etárias. Há estudos que mostram que, após o tratamento, há uma taxa de sucesso de 60/70%. Ou seja, a esmagadora maioria não volta a cometer o crime”, afirma Ricardo Barroso, que recorda que para muitos estes são “comportamentos exploratórios”.

Cristina Soeiro, coordenadora do Gabinete de Psicologia e Selecção da Escola de Polícia Judiciária, lembra que nesta idades os jovens são muito sensíveis à influência do grupo. Isso explicará, em grande medida, que 66% das violações que fazem parte da amostra tenham sido cometidas em grupo, o que não acontece nos abusos sexuais cometidos por jovens nem nos crimes sexuais cometidos por adultos.

Em Portugal a intervenção psicológica em jovens agressores ainda é insuficiente. Cristina Soeiro e Ricardo Cardoso concordam que nas cadeia não se faz qualquer tipo de programa de tratamento para menores. Nos centros educativos nem sempre existem os meios para fazer esse tipo de acompanhamento. Mesmo assim, Ricardo Barroso louva o esforço que os centros educativos têm feito, a par do da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. “A reinserção social tem investido muito na formação dos técnicos a nível nacional”, destaca.

NELSON GARRIDO



Ricardo Barroso: é fundamental tratar os jovens agressores